

Argumentos técnicos para refinaria

GUSTAVO BELESA

O argumento que o Governo do Estado utilizará na tentativa trazer a refinaria de petróleo ao Espírito Santo não contemplará apenas aspectos políticos, como a descentralização dos investimentos no país. O documento que o governador Paulo Hartung entregará hoje ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, abrangerá as qualificações técnicas do Estado, dentre elas o crescimento da produção de petróleo, que levará o Espírito Santo a segunda posição no país; as recentes descobertas no mar capixaba e as facilidades de logística (porto e ferrovia) para escoar o óleo para os principais centros consumidores.

Com estes cenários, o Espírito Santo pretende conquistar o apoio do Governo federal. "Temos legitimidade para fazer isso. Não podemos assistir o Rio de Janeiro lançar uma campanha pela refinaria sem pelo menos brigarmos por este empreendimento", defendeu Sílvio Roberto

Hartung mostrará a Lula que Estado tem produção de petróleo e logística de distribuição satisfatórias

Ramos, presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado (Crea-ES).

Ramos foi credenciado pelo governador para elaborar os argumentos capixabas que constarão do documento que será levado ao Distrito Federal. A pauta foi definida ontem, em reunião com vários setores do Estado, no Crea.

Para ele, pesa a favor do Espírito Santo o fato de o Rio de Janeiro (uma) e São Paulo (quatro) sediarem outras refinarias de petróleo. "Na Região Sudeste, o Estado foi o que recebeu o menor investimentos nos últimos oito anos. Essa situação tem que ser mostrada ao Lula para implantar a refinaria e desenvolver a cadeia do petróleo capixaba", destacou Ramos.

Bancada federal

A bancada federal capixaba também se engajará na

briga política para conquistar o apoio do Governo federal. "Temos que agir rápido e entrar na briga para valer. Não podemos ficar atrás do Rio nesse assunto e o Governo federal tem pensar na Petrobras como empresa de desenvolvimento regional" acrescentou a deputada federal Iriny Lopes (PT), que acompanhará o governador na reunião com Lula.

O presidente estadual PT, João Coser, defendeu ainda que o Governo capixaba se estruture 'bem' nos argumentos, "para não pagar o mico que foi a disputa pela implantação da fábrica da Ford", em 2000. "A coisa tem que ser profissional. Os concorrentes diretos são bem articulados e capacitados para sediar a refinaria", informou Coser.

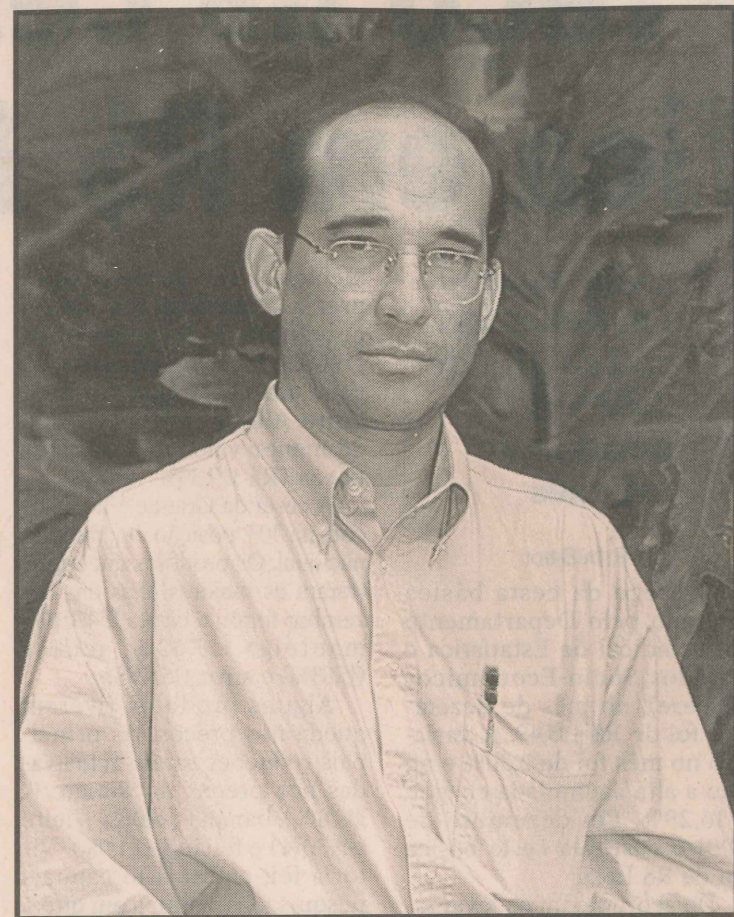
Para o presidente do Centro Capixaba de Desenvolvimento Metalmeccânico (CD-MEC), Fausto Borges, o Esta-

do tem mão-de-obra qualificada e empresas capacitadas para atender a produção em terra e dar manutenção às indústrias do petróleo. "O Governo passado não conseguiu atrair uma única empresa para o Estado e a refinaria pode alavancar a economia capixaba", frisou o industrial.

Pólo

Neste sentido, o empresário e sindicalistas capixabas defendem a criação de um pólo petroquímico no Sul ou Norte do Estado, para utilizar o gás natural encontrado na Foz do Rio Doce; as reservas de sal-gema de Conceição da Barra (maior do país, que serve para indústria química de cloro-soda, por exemplo); e ainda a produção de petróleo no litoral Sul do Espírito Santo.

"O óleo produzido no mar é pesado e viabiliza a implantação de indústria de asfalto, além da refinaria", avaliou o Sindicato dos Engenheiros do Espírito Santo (Senge).



Divulgação

Vantagem

Sílvio Ramos diz que pesa a favor do ES fato de o Rio e São Paulo já sediarem refinarias

Mais 20 mil postos de trabalho no ES

WALTER CONDE

O governador Paulo Hartung vai pedir ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro que ocorrerá hoje, no Palácio do Planalto, que inclua o Espírito Santo no debate da nova refinaria da Petrobras.

Hartung conversou ontem, por telefone, com o novo presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, a quem reiterou o mesmo pedido.

Paralelo às solicitações políticas, o governador disse que pediu à sua assessoria econômica que fizesse um

É preciso três novas usinas

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) coordenou a elaboração de um estudo sobre o refino de petróleo no Brasil, no ano passado, e definiu que o Governo federal, para reduzir a dependência da importação de derivados, deve investir cerca de US\$ 15 bilhões na reestruturação das plantas de refino e implantação três novas usinas no país - a localização não foi sugerida no estudo.

Assim, o país reduziria o déficit na balança comercial, no futuro, em mais de US\$ 5 bilhões por ano, uma vez que as refinarias brasileiras passariam a suprir a demanda interna, ficando deficiente apenas na produção de GLP (gás de cozinha) e nafta. A compra



Divulgação

Demanda

Construção de novas refinarias permitiria ao país suprir toda a demanda interna

Rio quer apoio de recursos externos

Rio - O Governo do estado do Rio quer atrair investimentos estrangeiros para a construção de uma refinaria de petróleo no norte do Estado, avaliada em US\$ 2 bilhões. Com apoio da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) e da Fecomércio, a governadora Rosinha Matheus lançou ontem um manifesto para a construção da Refinaria do Norte Fluminense, que levaria o nome do jurista Barbosa Lima Sobrinho.

O Governo também concedeu a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para empresas que fornecerem

a participação da Petrobras, mesmo como agente minoritário", disse o secretário de Energia, Indústria Naval e Petróleo, Wagner Victer.

Segundo ele, a Petrobras ainda não se posicionou sobre uma possível participação na refinaria. Do total a ser investido, pelo menos 15% deverá ser garantido por um fundo de recursos criado em março de 2002, ainda no Governo de Anthony Garotinho, quando Victer também era secretário de energia.

O fundo foi formado com parte dos royalties de petróleo arrecadados pelo Estado

estudo. Hartung disse que essa análise vai ficar sob a responsabilidade do futuro secretário estadual do Desenvolvimento, cujo nome ainda não foi divulgado.

Enquanto isso, os técnicos vão adiando o estudo, que indicará as vantagens de a nova refinaria vir a ser instalada no Espírito Santo. O investimento ultrapassa a US\$ 2 bilhões, como um equipamento que permitirá o refino diário de 200 mil barris de petróleo. Os empregos, entre diretos e indiretos, ultrapassará a 20 mil novos postos.

Debate

Hartung disse que pretende desenvolver no Estado um amplo debate, visando realçar as potencialidades do Espírito Santo. Ele destacou que a boa performance do complexo portuário capixaba deve ser realçada, uma vez que o Norte Fluminense não conta com oferta portuária.

Um outro argumento a ser destacado ao presidente, prosseguiu, é a posição geográfica do Espírito Santo. Segundo Hartung, os derivados do petróleo a serem produzidos na nova refinaria serão destinados ao Nordeste. Nesse caso, esse detalhe é mais um fator favorável ao Estado.

As discussões que vem sendo feitas pelo Conselho Regional de Engenharia (Crea), em favor da vinda da refinaria para o Estado, contam com total apoio de Hartung. O governador disse que além do Espírito Santo, a refinaria é disputada pelo Rio de Janeiro, São Paulo (região de Campinas) e o Nordeste.

desses produtos seria de cerca de US\$ 1 bilhão por ano.

Diagnóstico

Com o cenário atual, a dependência maior será para gasolina e óleo diesel, que apresentam crescimento da demanda de 5% ao ano. O estudo diagnosticou um aumento do atual

nível de dependência externa, de cerca de 17% para 35% em 2010. Desta forma, as importações de derivados, neste período, principalmente esses dois combustíveis, teriam um impacto crescente na balança comercial, atingindo US\$ 6,3 bilhões ao ano, a partir de 2010.

A ANP também apresentou duas outras situações para o refino de óleo no país. Uma de menor porte, para dar condições às refinarias de competir com mercado aberto e outra, de médio porte, para adequação da planta atual para refinar o óleo mais pesado.

empresas que fornecerem máquinas e equipamentos para a construção da refinaria.

“Já existem tradings japonesas que demonstraram interesse na construção da refinaria, mas temos que lembrar que é praticamente impossível a viabilização de uma nova refinaria hoje no país, sem

Estado. A previsão de Vicer é de que o fundo seja responsável por arrecadar em um período de sete anos US\$ 300 milhões.

Ele acredita ainda que o estudo de impacto ambiental para a instalação da refinaria seja concluído em um período de um ano e meio.

A previsão é de que a refinaria possa operar entre três e quatro anos, com capacidade para produção inicial de 200 mil barris por dia, podendo chegar a 400 mil barris por dia.

A necessidade de construção de uma refinaria está embasada principalmente no estudo apresentado no ano passado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) que demonstra que o Brasil terá que importar 30% de sua demanda de derivados em dez anos, caso não amplie sua capacidade de refino.

“O Rio é candidato natural a ser o Estado sede desta refinaria por produzir na Bacia de Campos 80% do petróleo nacional”, afirmou Vicer. Ele acredita também que a construção da refinaria no norte fluminense vai estimular a indústria e o comércio regional, além de incentivar o turismo naquela área. “Quando o petróleo daquela região acabar, é preciso que haja outra atividade para que a área sobreviva e não se transforme em uma nova Serra Pelada”, disse, se referindo à região de garimpo “esgotada” na década de 80.

Para construir a refinaria o Estado do Rio vai enfrentar a disputa com outros Estados consumidores, principalmente na região Nordeste, que ainda não são auto-suficientes em combustíveis. (AE)

Inovação no Conselho da Petrobras

Rio - A presença do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, no Conselho de administração da Petrobras é uma das grandes novidades do Governo petista.

A maior empresa brasileira, responsável pelo abastecimento de 98% dos derivados de petróleo no país, sempre ficou “à margem” da área econômica do Governo, muitas vezes em conflito aberto com as metas econômicas traçadas na Fazenda, seja quanto ao montante de investimentos ou a definição da política de preços.

Alguns técnicos da Petrobras suspeitam que Palocci foi indicado apenas para um “mandato tampão”, devido à falta de tempo para a escolha de outros conselheiros. Mas se for confirmado como definitivo, pela primeira vez, os chamados ministérios econômicos terão voz e voto na estratégia da estatal cujos investimentos fazem parte do acordo negociado pelo governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A participação de ministros de estado no Conselho de Administração das estatais é vista tradicionalmente co-

mo forma de “complemento de renda” para os integrantes do primeiro escalão. Mas a presença de um ministro de estado, certamente contribui para ilustrar a “relevância” de uma estatal.

Afinal, ter um ministro no Conselho pode contribuir para agilizar os pleitos de uma empresa. O que não significa que isso resulte em melhoria dos resultados financeiros. O caso da Petrobras é ilustrativo.

No Governo Fernando Henrique Cardoso, a empresa foi “induzida” a fazer fortes investimentos em geração termelétrica, o que era apontado como um “grande negócio” devido à perspectiva de falta de energia no país.

Na última quinta-feira, porém, o ex-presidente da estatal Francisco Gros divulgou relatório de gestão no qual aponta um prejuízo potencial de US\$ 1,84 bilhão para a empresa na área de energia, nos próximos anos, se as termelétricas não forem acionadas.

A presença dos ministros de estado nos conselhos de administração das estatais brasileiras é regulada pela Lei 9.292, de

1996. A cada reunião os participantes do conselho recebem “jetom” de cerca de 10% do salário mensal dos diretores-executivos das empresas.

No caso dos conselheiros da Petrobras, por exemplo, isso pode significar uma renda extra de quase R\$ 3.000,00 pela participação de uma reunião, que geralmente dura metade de um dia.

A estatal não informa os

salários exatos dos diretores, mas a informação fica disponível no relatório anual de administração. Em 2001, por exemplo, a estatal pagou em torno de R\$ 27,672 mil mensais para cada um de seus diretores. Os dados referentes a 2002 ainda não estão disponíveis. A empresa tem nove vagas no Conselho de Administração, dos quais apenas sete estão preenchidas. (AE)



Hipótese

Palocci pode cumprir ‘mandato tampão’ até à escolha de outros conselheiros